



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
CNPJ/MF Nº. 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114



13. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS.

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos, envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável, são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 14.536 (R\$ 7.532 em 31 de dezembro de 2018). Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 36.449 em

31 de dezembro de 2019 (R\$ 19.789 em 31 de dezembro de 2018) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 36.759 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 77.844 em 31 de Dezembro de 2018).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 10.543 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 8.625 em 31 de dezembro de 2018), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 7.182 (R\$ 4.653 em 31 de dezembro de 2018).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 18.770 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 23.092 em 31 de dezembro de 2018), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas decorrentes das demandas judiciais.

Movimentação das provisões para passivos contingentes

	31.12.2019			31.12.2018		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Período	77.844	7.532	4.653	123.697	8.278	3.502
Atualização monetária	9.799	4.962	2.529	6.548	1.689	288
Constituições	16.404	5.975	-	26.576	1.642	863
Reversões	(9.722)	(2.542)	-	(29.876)	(3.465)	-
Pagamentos	(57.566)	(1.391)	-	(49.101)	(612)	-
No final do Período	36.759	14.536	7.182	77.844	7.532	4.653

Abaixo, demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	31.12.2019		31.12.2018	
	Qt. de ações	Dep. Jud. (R\$)	Qt. de ações	Dep. Jud. (R\$)
Cíveis	2.869	13.926	2.171	20.186
Trabalhistas	462	18.839	451	27.315
Tributárias	28	53.985	19	25.650
Total	3.359	86.750	2.641	73.151

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.12.2019		31.12.2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767	9.519.433	99,9767
Caixa de Prev. e Assist. ao Func do Banpará	755	0,0079	755	0,0079
Administradores	9	0,0001	9	0,0001
Demais Acionistas	1.452	0,0152	1.452	0,0152
Total	9.521.649	100	9.521.649	100

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANPARÁ, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.442	2.207	9.521.649	0,0232

(1) compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

14.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de distribuição de dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo, distribuir dividendos intermediários e ou intercalares.